

Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADES	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA
<p>Audiência da Federação de Motociclismo de Portugal (FMP), sobre «Inspeções Técnicas Periódicas Obrigatórias a Motociclos»</p> <ul style="list-style-type: none"> Manuel Marinheiro, Presidente da Direção Armando Marques, Vice-Presidente da Direção António Francisco, Presidente da Comissão de Mototurismo e Mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ MIGUEL SANTOS (PSD) ➤ BRUNO VENTURA (PSD) ➤ GONÇALO LAGE (PSD) ➤ MARCO CLAUDINO (PSD) ➤ RUI CRUZ (PS) ➤ PEDRO COIMBRA (PS) ➤ JOSÉ CARLOS BARBOSA (PS) ➤ CARLOS BARBOSA (CH) ➤ FILIPE MELO (CH) ➤ EDUARDO TEIXEIRA (CH) ➤ MARTA MARTINS DA SILVA (CH) ➤ ALEXANDRE POÇO (PSD) ➤ CRISTÓVÃO NORTE (PSD) ➤ MAURÍCIO MARQUES (PSD) ➤ PAULO CAVALEIRO (PSD) ➤ JOSÉ DIAS FERNANDES (CH) 	<p>12 de setembro de 2024</p> <p>Vídeo da audiência e documentação</p>
<p>Exposição de Motivos</p>	<p>Questões colocadas pelos Deputados</p>	

Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação

<ul style="list-style-type: none">➤ Demonstraram oposição às inspeções técnicas periódicas obrigatórias a motociclos, em particular as aplicáveis aos motociclos;➤ Mencionaram como fator principal da sinistralidade a atuação humana, explicaram, segundo estudos, corresponder a 95% do motivo justificativo;➤ Consideraram que as ilegalidades cometidas devem ser punidas no momento da ocorrência, ou seja, nas estradas, e através da atuação das autoridades;➤ Apresentaram o contributo da FMP para o combate à sinistralidade rodoviária em ciclomotores e motociclos, em associação com o trabalho desenvolvido com a ANSR;➤ Observaram o bom trabalho desenvolvido com a “lei dos rails”;➤ Salientou o quadro apresentado acerca da evolução do parque seguro de motociclos e ciclomotores e das mortes nestes veículos, em que constatou a redução gradual a longo prazo da sinistralidade.	<ul style="list-style-type: none">➤ <u>Deputado José Rui Cruz (PS)</u> - deu conta de versões contraditórias acerca da aplicação das inspeções técnicas periódicas obrigatórias aplicadas a motociclos, nomeadamente pela associação de centros de inspeção; questionou as implicações das alterações promovidas nos motociclos, designadamente a nível de segurança.➤ <u>Deputado Gonçalo Lage (PSD)</u> - Destacou a preocupação com a segurança; salientou com maior relevância a segurança rodoviária e considerou fundamental um pacote legislativo destinado a combater esse problema; questionou de que forma será possível desenvolver um pacote legislativo capaz de superar a obrigatoriedade das inspeções.➤ <u>Deputado Carlos Barbosa (CH)</u> – Demonstrou perplexidade acerca do protelar da aplicação na totalidade da Diretiva comunitária de 2014, aplicável às inspeções periódicas; acompanhou a preocupação com a segurança rodoviária; denotou a necessidade de criar medidas eficazes para melhorar a prevenção rodoviária.
O que pretendem ver regulamentado	
<ul style="list-style-type: none">➤ A não obrigatoriedade de inspeções técnicas periódicas obrigatórias a motociclos e ciclomotores	
Respostas às questões dos Deputados:	
<ul style="list-style-type: none">➤ Observaram que mais de 99% das melhorias promovidas nos motociclos contribuem para o acréscimo de segurança, assim consideraram não se tratar de um problema;➤ Mencionaram como fator relevante para a redução da sinistralidade das estradas uma condução cívica e preocupada;	



Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação

- Destacaram que o foco deve estar na segurança e não nas inspeções;
- Acerca do pacote de segurança a implementar observaram o contributo da FMP para o combate à sinistralidade rodoviária em ciclomotores e motociclos, em associação com o trabalho desenvolvido com a ANSR;
- Assinalaram que a evolução técnica das motos e dos equipamentos de segurança deram um contributo significativo para a redução da sinistralidade;
- Demonstraram desagrado com a aplicação dos novos balizadores verticais que consideram perigosos para os condutores de motociclos;
- Acerca das motos das entregas, com o intuito de promover a segurança, salientaram a necessidade de regulamentação e de fiscalização;
- Concluíram, salientando o fator humano como a principal preocupação no combate à sinistralidade.